

## **A responsabilidade do fiador**

No dia a dia dos negócios é comum que um credor queira garantir à partida a satisfação integral do seu crédito e para além de contar com o património do devedor, que responde pela dívida nos termos gerais, pode exigir e normalmente exige, ainda, que um terceiro seja fiador desse crédito. O fiador, através da fiança, obriga-se pessoalmente perante o credor a garantir, com o seu património, a satisfação do crédito que este tem perante o devedor originário. Através da fiança, o fiador assume uma obrigação acessória da obrigação principal, objecto da garantia, de acordo com o artigo 627 e seguintes do Código Civil, que regulam esta matéria.

Em regra e pelo facto de se tratar de uma obrigação acessória e subsidiária da obrigação principal, o fiador goza do chamado benefício da excussão prévia do património do devedor principal, significando isto, que o fiador pode recusar o cumprimento da obrigação constituída pela fiança, enquanto o credor não tiver executado todos os bens do devedor sem obter a satisfação do seu crédito, e ainda, quando tenha havido excussão de todos os bens do devedor, se provar que o crédito não foi satisfeito por culpa do credor. Mais ainda e como extensão ao princípio da excussão prévia, mesmo que os bens do devedor principal tenham sido executados, ainda assim, pode o fiador fazer sustar a execução nos seus próprios bens, mesmo que já tenham sido penhorados, se indicar bens do devedor principal que hajam sido adquiridos posteriormente ou que não fossem conhecidos até essa data.

Apesar do fiador gozar do princípio da excussão prévia, dispõe o artigo 641º do Código Civil que este pode ser demandado sozinho e independentemente do devedor principal o que determina a legitimidade passiva do fiador, ou seja, a capacidade de ser parte no pólo passivo da relação jurídica controvertida. Pode no entanto acontecer que uma dívida esteja garantida, simultaneamente, com fiança e garantia real constituída por terceiro. Se a garantia real for anterior ou contemporânea à fiança, o fiador mantém o seu benefício de excussão prévia, ou seja, tem o direito de exigir que em primeiro lugar seja feita a execução das coisas sobre que recaia a garantia real.

Neste sentido, a penhora deverá começar pelos bens do devedor sobre que incidam garantias reais e, só no caso de estes serem insuficientes, poderá recair sobre outros bens, o que significa que, neste caso, o fiador só responde pelo saldo negativo das garantias referidas. Porém, se existirem garantias reais sobre os bens do devedor, constituídas posteriormente à fiança, não pode o fiador lançar mão da excussão prévia. E ainda, se os bens onerados com garantia real garantam outros créditos do credor, só pode ser invocada a excussão se o valor das coisas oneradas for suficiente para satisfazer todos os créditos. Por fim, caso haja subfiador, ou seja, a pessoa que afiança o fiador perante o credor, este goza também do benefício da excussão, tanto em relação ao fiador como em relação ao devedor, nas mesmas circunstâncias em que o fiador o possa invocar.

***Amadeu Sousa Pereira - Advogado***

Tel / Fax : 212071401 Telemóvel : 968890636

Email : [aspereira-8982L@adv.oa.pt](mailto:aspereira-8982L@adv.oa.pt)

Site : [www.amadeusousapereira-advogado.com](http://www.amadeusousapereira-advogado.com)

Visite também : <http://naosedeixenganar.com/>

O autor é Advogado na Comarca do Barreiro, Pós Graduado em Gestão e Fiscalidade pelo Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais de Lisboa, Portugal e Pós Graduado "Lato Sensu" em Administração Geral de Empresas pelas FMU de São Paulo, Brasil.